

CADERNO NORTE-RIO-GRANDENSE DE TEMAS GEOGRÁFICOS



/ABRN

V. 3 N. 4 jan./jun. 1988

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Geografia

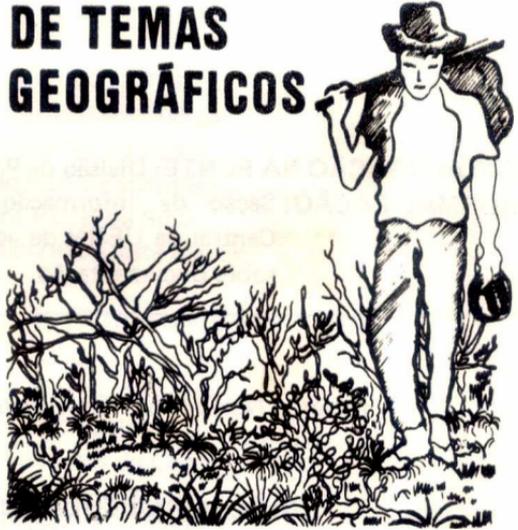


**CADERNO
NORTE-RIO-GRANDENSE
DE TEMAS
GEOGRÁFICOS**

Editora Universitária
Natal - RN
1988



CADERNO NORTE-RIO-GRANDENSE DE TEMAS GEOGRÁFICOS



V. 3 N. 4 jan./jun. 1988

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Geografia



CADERNO
NORTE-RIO-GRANDENSE
DE TEMAS
GEOGRÁFICOS

CATALOGAÇÃO NA FONTE: Divisão de Processos Técnicos da BCZM
NORMALIZAÇÃO: Seção de Informação e Referência da Biblioteca
Central da UFRN de acordo com as normas da ABNT
sobre documentação.

Caderno Norte-Rio-Grandense de Geografia

v. 1 -

n. 1 -

1986-

Natal, UFRN-CCHLA, Ed. Universitária
Semestral

1. Geografia - Rio Grande do Norte. I. Título.

RN-UF/BC

88/09

CDU 918.132

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Prof. Daladier da Cunha Lima

Reitor

Prof. Tarcísio Costa

Vice-Reitor



CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Profª Ana Maria Concentino Ramos

Diretora

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – UFRN/CCHLA

Prof. José Lacerda Alves Felipe

Chefe do Departamento

Profª Tânia Maria Barros Padilha

Vice-Chefe do Departamento

COMISSÃO EDITORIAL

José Lacerda Alves Felipe

Wilton Gomes da Costa

Arnóbio Pinto Fernandes

Lenyra Rique da Silva

Maria do Socorro Costa Martin

EQUIPE TÉCNICA DA EDITORA UNIVERSITÁRIA:

Capa

Carlos Alberto de Lima

Montagem

Alva Medeiros da Costa

Composição

José Avelino da Silva

Revisão

Risoleide Rosa

Fotolito

Luís França de Souza

Impressão

Raimundo Ramos e Gilberto Dias Xavier



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

Prof. Delabier da Cunha Lima

Reitor

Prof. Tarcsio Costa

Vice-Reitor

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Prof. Ana Maria Conventino Ramos

Diretora

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - UFRNCHLA

Prof. José Lacerda Alves Felipe

Chefe do Departamento

Prof. Tânia Maria Barros Padua

Vice-Chefe do Departamento

COMISSÃO EDITORIAL

José Lacerda Alves Felipe

Wilton Gomes da Costa

Antônio Pinto Fernandes

Larys Rêgo da Silva

Maria do Socorro Costa Marli

EQUIPE TÉCNICA DA EDITORA UNIVERSITÁRIA

Capa

Carlos Alberto de Lencastre

Montagem

Aiva Mabeiras da Costa

Composição

José Avelino da Silva

Revisão

Revisão

Fotolitografia

Luiz Franco de Souza

Impressão

Raimundo Ramos e Gilberto Dias Xavier

APRESENTAÇÃO

Nos últimos anos, um contingente significativo de Geógrafos passou a trabalhar numa perspectiva de mostrar que a Geografia não é aquele conhecimento "inocente" ensinado nas escolas — nem serve apenas para fazer a guerra como mostra a sua história.

Esses Geógrafos, espalhados no mundo inteiro, inquietaram especificamente uma parcela significativa de Geógrafos e professores de Geografia dos países pobres, ditos do terceiro mundo.

Para esses profissionais, o desafio de fazer uma Geografia sem a "ingenuidade" daquela ensinada nas escolas era maior, no momento em que a África se descolonizava, a América Latina oscilava entre momentos democráticos passageiros e ditaduras prolongadas, e a Ásia com suas explosões demográficas assustava o mundo.

E mais do que isso a estratégia do capitalismo internacional, que depois da 2ª guerra mundial se define em instalar-se no terceiro mundo, numa ocupação rápida que trouxe como conseqüências um processo de modernização, o uso nem sempre equilibrado de natureza, as migrações do campo para as cidades.

Para os Geógrafos e professores de Geografia dos países pobres, o desafio de fazer uma geografia que levasse em conta essas mudanças e preparasse a sociedade para encaminhá-las para o seu bem-estar foi e está sendo o grande desafio.

No caso específico do Brasil, essas mudanças podem ser mensuradas pelo crescimento vertiginoso de São Paulo, a construção de Brasília, a ocupação do Cerrado do Centro-Oeste, a ocupação da Amazônia, a questão da pobreza nordestina, o crescimento vertiginoso das capitais estaduais e das áreas urbanas de cidades de porte médio em detrimento do esvaziamento das áreas rurais.

Todas essas questões que envolvem a sociedade e o seu território de vida estavam necessitando de reflexões novas sobre essa realidade.

Esse quadro está impondo um conteúdo novo de Geografia, que não seja apenas a listagem de lugares, de número de população e de defl-

nições acerca de elementos da natureza. Mas, um conteúdo que tenha ligações com a vida das pessoas e com o seu espaço de relações.

Uma Geografia comprometida com a sociedade, com a natureza, na perspectiva de transformá-la, ocupá-la e usá-la de forma racional sob a pena de construirmos casas, apartamentos e edifícios em lagoas, que nos anos de chuvas regulares vão drenar para os espaços anteriormente ocupados.

Uma Geografia que ajuda na formação do cidadão, que não seja apenas o morador da cidade, mas o seu produtor social.

É essa Geografia que estamos tentando fazer e divulgar através do Caderno Norte-Rio-Grandense de Temas Geográficos.

Natal, setembro de 1988

JOSÉ LACERDA ALVES FELIPE

S U M Á R I O

O CRESCIMENTO DA ZONA SUL DE NATAL; uma proposta de pesquisa. Claudia Bezerra Pacheco e Dagmar Barbalho Azevedo.	11
A SECA E A MIGRAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE. Geraldo de Margela Fernandes e Idalina Farias Soares da Costa. . .	19
UM PRETEXTO PARA COMPREENSÃO DA SECA; um pré-texto. José Lacerda Alves Felipe e Maria da Conceição de Almeida Moura.	29
CAMPINA GRANDE; síntese dos problemas rurais e urbanos do Nordeste brasileiro. Nilson Crocia de Barros	41

O CRESCIMENTO DA ZONA SUL DE NATAL¹ UMA PROPOSTA DE PESQUISA

Cleudia Bezerra Pacheco *
Dagmar Barbalho Azevedo *

A presente proposta tem por finalidade estudar o crescimento urbano da Zona Sul de Natal (1964—1987), através do qual se procura evidenciar o crescimento da cidade, que tem sua manifestação concreta na ocupação das áreas afastadas do centro urbano, cuja expansão está relacionada com a configuração do eixo circulatório Sul.

Diante desta evidência, entende-se que a problemática é o modo como se faz a ocupação do espaço.

Para desenvolver essa proposição, selecionamos a área entre as Avenidas Salgado Filho e Prudente de Moraes até o conjunto Cidade Satélite, na BR 101. Neste espaço destacamos como proposta de estudo o Loteamento SANVALE e o aglomerado especial Vila Amália.

A partir deste enfoque, procuramos apoio teórico em estudos, cuja proposta visa a pensar na produção do espaço urbano, entendida como um processo de parcelamento da terra, produção da moradia, agentes fundiários e imobiliários.

SINGER (1979:21) aborda o uso do solo urbano na economia capitalista, considerando “a cidade como uma concentração de pessoas que exercem diferentes atividades”. Sendo assim, “o solo urbano é disputado para inúmeros usos”. O cerne dessa disputa é a relação social da produção capitalista, cuja essência é a “propriedade privada do solo, a qual — por isso

* Professoras do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

¹ Colaboraram neste artigo Heloisa Helena de Medeiros; Isaura Helena Nóbrega Bezerra; Rosélia Aparecida dos Santos Campos, alunas do Curso de Estudos Sociais.

e só por isso – *proporciona renda e, em conseqüência, é assemelhada ao capital*”.

SINGER (1979:22) argumenta que o “*capital*” imobiliário é um falso capital, é “*um valor que se valoriza, mas a origem de sua valorização não é atividade produtiva, mas a monopolização de acesso a uma condição indispensável àquela atividade*”.

É importante ressaltar que a ocupação do solo é apenas uma condição que o estatuto de propriedade privada torna fonte de renda para quem a detém, também temos que considerar os agentes que atuam na organização e reorganização da terra urbana.

Ainda segundo SINGER (1979:23) “*...a demanda por solo urbano muda freqüentemente, dependendo, em última análise, do próprio processo de ocupação do espaço pela expansão do tecido urbano, o preço de determinada área deste espaço está sujeito a oscilações violentas, o que torna o mercado imobiliário essencialmente especulativo*”. Neste sentido, ele resalta que “*a demanda de solo urbano para fins de habitação se distingue por vantagens locacionais, determinadas principalmente pelo maior ou menor acesso a serviços urbanos...*” contribuindo para segregar o espaço urbano.

LOJKINE (1981:165) aborda a segregação como processo inerente à urbanização que, por sua vez, é determinada pela forma de desenvolvimento da divisão social (territorial) de trabalho. O autor resalta que no estágio do capitalismo monopolista de Estado encontram-se os proprietários fundiários que, através de mecanismos próprios de utilizar o solo, permitem uma “*apropriação progressiva e contraditória da renda fundiária pelos grandes grupos monopolistas*”.

De acordo com RIBEIRO (1979), o solo urbano “*é o elemento que discrimina, que segrega pessoas, na medida em que nem todos podem pagar o mesmo valor (preço) estabelecido para os diferentes espaços urbanos*”. Sendo assim, cada área é segregada e, ao mesmo tempo, se segrega, uma vez que as pessoas não possuem o mesmo poder aquisitivo (renda).

Considerando que na economia capitalista uma parte da força de trabalho disponível não tem possibilidade de “*pagar pelo direito de ocupar um pedaço de solo urbano*”, vai morar em áreas de propriedade pública, dando origem às favelas, mocambos, etc...

Em nossa referência teórica, não evidenciamos o Estado como sendo o responsável pela expansão urbana. Pretendemos trabalhar com as formas concretas, considerando o modo como se produz o espaço urbano a serviço do capital, uma vez que é a partir deste processo que surge o Estado. É

como diz OLIVEIRA (1982:18) "... o Estado emerge como uma relação social".

Neste sentido, afirma SINGER (1979:36) "... quem promove esta distribuição perversa dos serviços urbanos não é o Estado, mas o mercado imobiliário".

SINGER (1979:36) argumenta, quando a demanda de serviços urbanos como iluminação pública, asfalto, coleta de lixo, etc. não atende às necessidades da população, "o mercado os leiloa, mediante a valorização diferencial do uso do solo".

Diante deste mecanismo regulado pelo mercado, os serviços fornecidos gratuitamente pelo Estado aos moradores "acabam sendo usufruídos por aqueles que podem pagar o seu preço", incluído na renda do solo, que dá acesso a eles.

Sabemos que a especulação imobiliária pressiona o poder público para que determinadas áreas sejam beneficiadas com os bens públicos. Outro mecanismo é adquirir, a preço baixo, espaços mais próximos da área urbanizada, promover seu loteamento e vender as partes mais distantes para conjuntos populares.

Neste estudo da expansão urbana, delimita-se o período 64-87, tomando-se como fundamento básico as informações fornecidas pela Nil-Imóveis Ltda., do Loteamento SANVALE. A Nil-Imóveis Ltda. — firma estabelecida na rua José de Alencar, proprietária de uma área de terreno que foi desmembrada¹ e vendida ao INOCOOP, à COHAB, CIBRAZEM e RFFSA, ficando uma grande área para o Loteamento SANVALE.

O loteamento distingue-se por suas vantagens locacionais, determinadas pela facilidade de acesso a serviços urbanos. Todavia, em outro espaço menos favorável à habitação, existe um cortiço conhecido por Vila Amália.

¹ Vendida ao INOCOOP, com 3.020.000,00m², destinada à construção de um conjunto habitacional — CIDADE SATÉLITE, B — Área loteada, com 490.847,44m², denominada Loteamento CIDADE NOVA, B; — Vendida à CIBRAZEM, com 43.991,00m²; D — Área destinada a RFFSA, com 7.466,25m²; E — Vendida à COHAB, com 1.385,92m², destinada à construção de um conjunto habitacional denominado conjunto dos Bancários; F — Área destinada ao Loteamento SANVALE, com 3.468.770,00m², conforme discriminação a seguir: Área loteada — 2.054.820,00m²; Área verde — 73.496,00m²; Área de vias — 67.899,00m²; Lotes residenciais — 2.448,00m²; Lotes Comerciais 118,00m²; G — Saldo de Áreas livres — 810.521,88m².

A VILA AMÁLIA está localizada em um espaço que foi produzido pela expansão da cidade de Natal, ficando, quase que "esquecido", entre os bairros de Tirol e Barro Vermelho, desenvolvidos rapidamente pela valorização de suas terras, oriundas de investimentos públicos em serviços de infra-estrutura e do crescimento da cidade. Como se tratava de uma área nas margens de um riacho e, portanto, sujeita a inundações periódicas, a sua ocupação e reprodução foram lentas, o que reflete as estruturas sociais dominantes, as contradições, os desníveis sociais e a exploração da classe menos favorecida.

A vida originou-se num período de grandes mudanças político-sociais, no ano de 1964, época em que se estabeleceu, no Brasil, o sistema autoritário, que perdurou até 1985. O terreno era de D. Amália que, por sua vez, o dividiu entre suas duas filhas. Foi Amália (recém-saída do convento) quem comprou a outra parte da irmã e, aos poucos, foi construindo quartos (com dois compartimentos) e alugando. Hoje, a VILA AMÁLIA é composta de 68 cubículos, nos quais se acomodam 400 pessoas.

A VILA AMÁLIA caracteriza-se por um grande contingente de subempregados, desempregados, destacando-se: a lavadeira, a empregada doméstica, o biscateiro. Nessa área, há também uma unidade produtiva, uma pequena oficina de grades de ferro para portas e janelas. Essa microunidade fica bem próxima aos cubículos e o seu proprietário utiliza a mão-de-obra disponível, cujo pagamento se processa numa forma pré-capitalista de produção, onde está bem configurada a não remuneração assalariada. Além dessa oficina, a proprietária da vila desenvolve um trabalho artesanal com fins lucrativos, que também absorve parte desse contingente desempregado.

Esta vila é formada, basicamente, por pessoas que se deslocaram das áreas rurais para os centros urbanos, em decorrência do desemprego. Os fluxos de migração rural-urbana se tornaram, na última década, muito mais intensos do que o processo de crescimento do mercado de trabalho. Essas pessoas recém-chegadas do campo para a cidade aumentam o desequilíbrio populacional. Em consequência, o inevitável fluxo migratório passa a ser um problema. Como a cidade não tem condições de oferecer emprego e moradia, o resultado é a população se abrigar em subhabitações.

Devido à instabilidade das condições de trabalho, o local passa a adquirir uma grande importância, mostrando que, a partir do espaço, os habitantes organizam a sua própria sobrevivência. Assim, o cubículo ou o barraco tem um significado material e ideológico, porque cria condições mínimas de sobrevivência, mesmo que não tenha um salário permanente.

Como disseram os entrevistados da VILA AMÁLIA, ao chegarem em Natal, encontraram o desemprego, a falta de habitação e muitos problemas. A única solução era morar em qualquer lugar e fazer qualquer serviço para garantir a sua sobrevivência. Vejamos o depoimento de uma moradora da vila, mãe solteira, nascida em Goianinha e morando no local há 14 anos:

“Eu ganho a vida lavando roupas pra fora por 50 cruzados, enquanto o meu irmão trabalha como pedreiro; pra mim a morada é boa e tranqüila. Faço as minhas compras na Praça Augusto Leite. A única coisa que não gosto é a falta d’água, luz e sanitário (os dejetos são jogados no riacho), tomo banho de vestido, na torneira que vem da encanação de D. Amália (a única torneira que dá acesso aos moradores). Aqui, os quartos variam de 120 a 600 cruzados. O preço mais baixo é pago pelos moradores mais antigos, como eu; a maioria das pessoas que aqui mora) veio de Santana do Matos, Bento Fernandes, Goianinha e Nova Cruz. Os moradores deixaram suas terras para conseguirem melhores condições de vida. Um quarto acomoda de 6 a 8 pessoas. Uma boa parte dos moradores tem até o primário completo, mas deixaram de estudar porque precisam trabalhar”. (D. Maria Antônia, 50 anos).

O relato mostra uma total aceitação das condições de moradia que lhes são oferecidas. Vivem marginalizados, a poucos metros de uma população de classe média e alta, habitando num local que não possui o mínimo dos serviços urbanos.

A condição de lavadeira (subemprego) é o suficiente para se acomodar e aceitar o que ela veio procurar na cidade grande: *“as melhores condições de vida”*. O sistema, ao mesmo tempo que desloca a população do campo, desagregando do meio rural, cria também certos mecanismos de ocupação, que, mesmo em condições precárias, permitem a sobrevivência e sua reprodução.

Para aquela camada social morar perto do centro da cidade é vital, porque seu sustento depende do que ganha da população dos bairros vizinhos. Como o rendimento é pouco, não dá para cobrir os custos do deslocamento. Por isso, a alternativa que encontra é permanecer morando no cortiço.

Por outro lado, vários entrevistados reclamaram das condições de moradia, dizendo que a proprietária não se preocupa em melhorar os cômodos e nem instala sanitários. Vai apenas receber o dinheiro no final do mês. Enquanto isto, a proprietária falou que já construiu sanitários comunitários e os moradores da baixada (como são conhecidos no local) não conservam nada, estão sempre acabando com os benefícios realizados.

“Colocou os sanitários durante o dia, e à noite quebraram, arrancando até as torneiras. Alguns dão prejuízos, não pagam em dia e até me enganam apresentando os recibos (um pedaço de folha de caderno) antigos, como se fossem o do mês”. (Depoimento da Proprietária).

Estes depoimentos são extremamente reveladores, pois evidenciam alguns aspectos presentes nas relações entre moradores e proprietário.

A VILA AMÁLIA pode ser caracterizada como uma área de produção do espaço sob a dominação da propriedade privada, surgindo a figura do rentista, numa área em processo de favelização, diferenciando apenas a condição do terreno, que não é público, ou invadido, e sim particular. É uma produção da moradia que surge com as transformações resultantes da expansão do espaço urbano.

A construção de cubículos para aluguel teve importante impacto no processo de formação e transformação daquele espaço. A proprietária investe o mínimo possível e aproveita ao máximo o terreno, o que explica as moradias se caracterizarem pela precariedade e falta de higiene, além do descumprimento das normas exigidas para construção.

A versão preliminar, que aqui expomos, constitui a proposta central da pesquisa que pretendemos desenvolver sobre O CRESCIMENTO URBANO DA CIDADE DE NATAL, tomando como ponto inicial as evidências já constatadas através do estudo sobre o Loteamento SANVALE e a VILA AMÁLIA.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BLAY, Eva Alterman. A reprodução das favelas. *Contexto* (3):51-59. Jul., 1977.
- DEBIAGGI, Moema de Castro et alii. Processo de uso e ocupação do solo. In: Política urbana, a produção e consumo da cidade. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985, p. 3-4.
- HARDOY, Jorge E. et alii. O processo de crescimento e concentração urbana. In: ALMEIDA, Fernando Lopes. Org., *A questão urbana América Latina*. Rio de Janeiro, Forense, 1978, p. 167-8 (Ensaio de Economia, 4).
- KRAYCHETE, Grabiél. Região metropolitana de Salvador; os deserdados do crescimento. *Cadernos CEAS* (106):22-35, nov./dez., 1986.
- LOJKINE, Jean et alii. O papel do Estado na urbanização capitalista. In: FORTI, Reginaldo, org., *Marxismo e urbanismo capitalista*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979, p. 18.
- MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre a geografia urbana brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3. Fortaleza, A.G.B. 1978, p. 30-4.
- OLIVEIRA, Francisco de. Prefácio In: MARICATO, Ermínia, org., *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1979, p. 13-9.
- OLIVEIRA, Jane Souto de. Repensando a questão das favelas. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Assoc. de Est. da Popul., 2(1):9-29, jan./jun. 1985.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Formação do capital imobiliário e a produção do espaço construído no Rio de Janeiro. *Espaço & Debates; Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. 5(15):5-32, quadr., 1985.
- SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARI-CATO, Ermínia. Org. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979, p. 21-36.

A SECA E A MIGRAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE*

Geraldo de Margela Fernandes **

Idalina Farias Soares Costa **

Este artigo tem como objetivo compreender a questão migratória no Nordeste, notadamente nos períodos de seca.

O princípio geral que norteará a discussão desta problemática é o que considera as migrações no contexto de ocupação das terras do Nordeste, das formas de produção e da intervenção do Estado nos processos políticos e econômicos. Nesse sentido, as migrações são vistas como um processo social, onde a unidade de análise não é o indivíduo, mas o grupo. As causas das migrações, nesta perspectiva, são as estruturas.

Analisando-se as estruturas econômicas no Nordeste, verifica-se a elevada concentração da riqueza, uma vez que as terras e as rendas estão concentradas em mãos de poucos. O poder político é área reservada a alguns poucos privilegiados, quase sempre ligados aos detentores do poder econômico. A desigualdade social e a dificuldade de acesso à cultura, por parte das populações que vivem no Nordeste, comprovam a inexistência de canais democráticos de acesso aos bens materiais e culturais da Região.

As secas sempre se constituíram em fator de desestruturação do Sertão nordestino, ou seja, a seca leva à desorganização da economia no

* Este artigo faz parte de uma pesquisa sobre as secas ocorridas no período de 1904 a 1958, no Rio Grande do Norte.

Os dados utilizados em sua elaboração foram extraídos nos jornais "A República" e "Tribuna do Norte". A FINEP foi o órgão financiador, cabendo ao Instituto Juvenal Lamartine de Pesquisas Sociais e à Fundação José Augusto a coordenação do projeto.

** Professores do Departamento de Ciências Sociais da UFRN.

Nordeste e agrava a situação de vida dos sertanejos. Provocam profundo desequilíbrio financeiro nos municípios que neste período têm reduzidas, drasticamente, suas rendas e é obrigado a assumir encargos, cujas soluções estão inteiramente fora de seu alcance.

Esta situação justifica as contínuas solicitações partidas das lideranças do interior ao Governo estadual e este, por sua vez, também, constatando a redução de suas rendas e a impossibilidade de atender às inúmeras solicitações, encaminha-as ao Governo Federal, que é quem, embora com atraso e em proporções insuficientes, diante do flagelo que se apresenta, atende aos pedidos que a ele se dirigem.

É este o contexto que produz as migrações na região Nordeste do Brasil, que no período aqui analisado — 1904 a 1958 — trazia graves conseqüências para os sujeitos nele envolvidos: 1º, para o trabalhador rural que se via obrigado a abandonar seu 'habitat', desfazer-se dos poucos bens que possuía e destruir todo um sistema de relações sociais, especialmente familiar, e partir para tentar a vida noutra região, por ele desconhecida, onde vendia sua força de trabalho que era empregada em condições verdadeiramente desfavoráveis. Suas condições de vida e de trabalho nos estados receptores das correntes migratórias, principalmente São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso, Amazonas, Pará e Acre, não diferiam ou até eram mais degradantes do que no local de origem. Para o flagelo não havia (e há?) saída; o sistema de exploração era implacável, seja nas frentes de emergência do Nordeste, ou nas fazendas do Sul, Sudeste, Centro-Oeste e nos seringais da Região Amazônica.

Em segundo lugar, os processos migratórios preocupavam, também, os políticos e latifundiários do Nordeste. Como se apreenderá a partir dos depoimentos a seguir apresentados, eles tinham plena consciência de que a força de trabalho representada pelos flagelados se constituía num dos componentes fundamentais na produção da riqueza, bem como na posse e no domínio do poder político. Residia neste ponto uma profunda contradição entre as políticas migratórias propostas pelo Governo Federal e as exigências dos proprietários rurais do Nordeste. Estes propunham ao Governo que mantivesse os flagelados na sua própria região, oferecendo-lhes trabalho que a economia regional não se ressentisse da mão-de-obra necessária nos períodos de bons invernos. Já o Governo Central, atendendo aos pedidos de fazendeiros e de produtores de outras regiões, criava inúmeras facilidades para que os nordestinos migrassem. Com esses mecanismos, o Nordeste fornecia mão-de-obra para outras regiões e os governos livravam-se da assistência que deveriam prestar aos flagelados.

Os depoimentos, a seguir transcritos, fornecem importantes dados sobre esta questão, que será abordada nos seguintes aspectos: fatores que contribuem para as migrações e políticas migratórias.

1 — Políticas migratórias

As políticas migratórias, como já foi afirmado, trazem no seu bojo fortes contradições. Enquanto o Governo Central, para atender às necessidades dos fazendeiros do Sul e Sudeste, incentivava a migração para aquelas regiões, os latifundiários nordestinos denunciavam esta política, exigindo trabalho para que os flagelados aqui permanecessem, o que ao final de tudo só lhes trazia benefícios, como a própria retenção da mão-de-obra e sua exploração, além da geração de uma infra-estrutura necessária à manutenção da ordem e do poder econômico e político.

Existia no Rio Grande do Norte um departamento nacional de migração e comunicação, cujo presidente era o Senhor Emílio Cardoni, que tinha, entre outras atribuições, a missão de controlar o movimento dos flagelados que se destinavam a diversos pontos do país. Em reunião com a Comissão de Assistência aos flagelados solicitou apoio ao Dr. Rafael Fernandes para o bom desempenho de suas tarefas. Afirmando, em seguida, ter recebido ordem de embarque, para São Paulo, de cinquenta famílias, solicitava daquela Comissão providências para que aquelas pessoas fossem localizadas e selecionadas, o mais breve possível, a fim de seguirem àquele destino. (CAMPANHA de assistência aos flagelados. *A República*, Natal-RN, 24 de jun. 1919).

Em telegrama ao Prefeito de Mossoró, o ministro José Américo de Almeida informa ter dado ordem para a construção da estrada Mossoró-Açu, onde seriam empregados 8 mil homens:

“Estou organizando outros serviços para onde possa desviar parte da população daí. Só em último caso deveremos permitir deslocamento nossos patrícios, para casos especiais, fidei autorizados requisitar passagens terceira classe Loyd e Costeira. Caso fosse avultado o número de pretendentes, poderia eu mandar

mais um destes navios fazer escala por Areia Branca". (AMPARO aos flagelados, *A República*, Natal-RN, 12 de maio 1932).

"Visando a evitar o deslocamento de trabalhadores sertanejos, desordenadamente, para a cidade de Natal, esta Delegacia Regional julga necessário evidenciar o seguinte: a) o recrutamento no interior do Estado será exclusivamente procedido pelos funcionários da Divisão de Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura, com a assistência dos órgãos técnicos locais; b) somente depois de submetidos à inspeção médica, por especialistas do Departamento de Saúde do Estado, serão encaminhados às cidades de Natal e Areia Branca os trabalhadores que devem embarcar para os postos de Belém e Manaus; c) não será admitida a interferência de intermediários particulares no recrutamento de trabalhadores e suas famílias.

Sem o exame médico e a autorização dos funcionários do Ministério da Agricultura, não terão abrigo e alimentação nos locais de embarque, por conta do Conselho de Migração e Colonização, os que pretendem colocação nos seringais do Pará, Amazonas e no Território do Acre, mediante contrato e proteção fiscalizada pelo Ministério do Trabalho" (OS FLAGELADOS e o seu aproveitamento no Norte do país – um aviso da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho. *A República*, Natal-RN, 26 jul, 1942).

Não fica esclarecido, pelo menos na matéria jornalística, quem solicitava essas famílias, qual ou quais os fazendeiros que receberiam os mi-

grantes e quais os critérios definidores da seleção. Seriam selecionados apenas os que gozassem de boa saúde? Ou os mais jovens? Ou também os que externassem vigor físico?

O governador Moysés Lupion, com o apoio do Superintendente do Porto de Paranaguá e do Presidente da Federação das Indústrias do Paraná, concordou com a transferência de flagelados nordestinos para o Norte daquele Estado. A alegação principal para a tomada de tal providência era que os nordestinos estavam sofrendo terrível seca que devastava todo o Nordeste brasileiro. (PARANÁ quer receber flagelados. *A República*, Natal-RN, 23 abr. 1958).

No que se refere às propostas que se contrapunham às migrações, foram destacadas as seguintes descrições:

“Antes morrer no torrão pátrio do que abandoná-lo. Quem nasceu para a luta não teme a morte. Mil vezes morrer de fome na sua terra do que andar mendigando em estranhas plagas.

Queremos trabalho; queremos dinheiro; queremos serviços para nos garantirmos em futuras épocas. Queremos tudo, mas aqui, sem nos afastarmos do campo de nossa atividade.

Cortemos o Estado de estradas de ferro, de rodagem; aproveitemos o leito dos rios com barragens submersas, desobstruamos e levantemos barragens nas lagoas, como do Piató, em Açú; do Apanha-Peixe, do Brejo do Apodi; rasguemos as nossas terras com poços tubulares; concluamos as obras iniciadas; gastemos dinheiro até resolvermos o problema do Nordeste”. (GURGEL, Nizário. O clamor dos sertões. *A República*, Natal-RN, 24 abr. 1932).

Felipe Guerra posiciona-se frontalmente contra a emigração do nordestino da seguinte maneira:

“Dar trabalho e meio de subsistência, pelo menos durante a crise, àqueles que não encontram emprego e que por essa falta sofrem fome e toda sorte de privação, evitar a retirada para fora do Estado de pessoal válido, tão necessário a sua vida econômica e mais ainda preparar para breves dias o aumento de produção que virá concorrer para o abastecimento do mercado, tão desfalcado, seria meio mais eficaz, mais racional, mais conducente a debelar a crise que incentivar as migrações”. (GUERRA, Felipe. As secas. *A República*, Natal-RN, 1º jun. 1932).

Do mesmo modo, o deputado Juvenal Lamartine discorda das políticas que promovem a saída do sertanejo para o Sul e propõe que:

“O Governo Federal em combinação com os Governos dos estados assolados generalizem as obras de combate ao flagelo por todos os municípios do Estado, evitando o êxodo da população e aliviando os fazendeiros dos ônus dos empréstimos pecuários, cuja responsabilidade cabe em grande parte ao Banco do Brasil”. (TRIBUNA colhe impressões entre estudiosos do assunto. *Tribuna do Norte*, Natal-RN, 9 maio 1951).

Ratificando sua preocupação com o problema das migrações do Nordeste para o Norte e, especialmente, para o Centro Sul, Juvenal Lamartine diz coexistir com outras questões o grave despovoamento do Nordeste, despovoamento este que se fazia em função dos interesses da economia do Centro Sul, esclarecendo da seguinte maneira:

“A proposta do Ministro José Américo de Almeida, de combate às secas, era suficiente para dar trabalho ao pessoal mais necessitado da zona sertaneja, impedindo, deste modo, o despovoamento de nosso Estado, que está

perdendo, de maneira alarmante, a população moça e capaz de produzir. Essas migrações interessavam: 1º) aos proprietários de caminhões que se encarregavam de alardear as vantagens que poderiam auferir os trabalhadores nos estados do Centro Sul e 2º) aos proprietários, os fazendeiros, que recebiam 'o rico plasma' que lhes leva o brasileiro do Nordeste, o trabalhador sóbrio, resistente e pouco exigente". (LAMARTINE, Juvenal. O reinício das obras contra a seca. *Tribuna do Norte*, Natal-RN, 21 out. 1953).

2 — Fatores que contribuíram para as migrações

Segundo os estudiosos e interessados no processo de produção, no período aqui analisado, as migrações verificaram-se pelas seguintes razões:

"É necessário criar uma infra-estrutura de combate à seca, para evitar o pesadelo de ver, permanentemente, o êxodo de populações do interior que morrem de miséria pelas estradas ou são abandonadas à ganância dos seringueiros da Amazônia, que as exploram como escravos protegidos pela lei". (LAMARTINE, Juvenal. A seca no R.G. do Norte. *A República*. Natal-RN, 20 maio 1919).

"A vida sertaneja acha-se completamente desarticulada e comprometido o futuro de todo o nosso trabalho econômico. Mas, o que é, na realidade, mais pungente e imediato é a situação desoladora em que se encontram as nossas populações do interior. Continua a retirada dos habitantes do Sertão, numa penúria contristadora, a fome assola os lares

criando procissões de mendigos que enchem as estradas e as cidades. TORNA-SE cada vez mais aflitiva a situação de nossas populações sertanejas". (*A República*, Natal-RN, 10 set. 1942).

O deputado Aluízio Alves, em discurso na Câmara Federal, faz uma descrição sobre o Nordeste e a vida do seu povo, especialmente do homem do campo do semi-árido. Colocando o flagelado em seu contexto, ele relaciona sua vida com a natureza, mostrando a inexistência de água, denunciando as terras esturricadas e as matas desnudas sem qualquer possibilidade de obtenção de alimentos. Demonstrando ainda que os planos de emergência não chegam em tempo e a saída do homem, para não morrer com fome e com sede, é fugir pelas estradas empoeirentas, como rebanho sem rumo ou emigrar para as fazendas do Sul. Diz ainda que os governos federais não têm mostrado eficácia, produzindo mudanças que pudessem reter o homem à sua terra.

Continuando, informa ainda o deputado Aluízio Alves:

"estes três anos de seca apenas trazem a nu o insuportável processo de uma economia devastada. A crise do Nordeste precede à própria seca. Digo mais: a esta, resistiria mais uma vez o nordestino disputando com o gado, os cactus sobreviventes, comendo raízes, maniçoba, macambira e até besouros e lagartixas. Bebendo lama para enganar a sede. (ALVES, Aluízio. *Tribuna do Norte*, 7 abr. 1953).

Juvenal Lamartine diz que o despovoamento das regiões pobres de indústrias como o Nordeste tem como causas essenciais as grandes estiagens e a redução da produção agrícola. É conhecida a história das migrações de nordestinos para outras regiões do país.

"os nordestinos emigraram durante anos seguidos para as regiões amazônicas, subiam o grande rio, seus afluentes e igarapés, deixando assinalada a sua passagem com a

ossada dos que morriam às centenas, e, embora não tenham enriquecido nem melhorado as condições econômicas, enriqueceram o Brasil com a conquista do Acre. Esse movimento emigratório que ainda espera o seu historiador foi a mais desordenada e épica bandeira já registrada até hoje.

Em época posterior os nordestinos emigraram para o Sul, indo povoar as regiões frias dos Estados meridionais. O Governo que mantém custosas comissões na Europa a fim de encaminhar para o Brasil com grandes despesas e cercado de todas as garantias os imigrantes, muitas vezes de procedência duvidosa, deixa desprotegidos os nordestinos que se transportam num desconforto lamentável através de vários estados, até serem negociados como mercadoria barata, na zona dos cafezais do Paraná, à semelhança do que os traficantes de escravos fizeram com os africanos para a região dos canaviais do litoral brasileiro.

Falta à gente do Sertão trabalho, alimento, o conforto do lar, meios para conservar a saúde, facilidade para a educação de seus filhos, crédito abundante e barato para produzir e meios de transporte fáceis que os aproximem dos grandes centros de consumo". (LAMARTINE, Juvenal. *Vida rural. Tribuna do Norte*, Natal-RN, 25 nov. 1953).

Da análise exposta podemos chegar a algumas conclusões. A primeira relaciona-se à condição do sertanejo flagelado, instrumento de um jogo de interesses entre os fazendeiros do Sul — que queriam a mão-de-obra nordestina dócil e barata — e os latifundiários do Nordeste que, além de pretenderem manter essa mão-de-obra na Região, essencial ao processo de

acumulação, usavam-na também como argumento para obtenção de verbas necessárias à continuidade do poder político e econômico local.

A segunda conclusão diz respeito aos fatores que contribuíram para a migração, como por exemplo a inexistência de uma infra-estrutura — armazenamento d'água, estrada, saúde, educação, etc. — capaz de reter os nordestinos flagelados na Região.

UM PRETEXTO PARA A COMPREENSÃO DA SECA: UM PRÉ-TEXTO¹

José Lacerda Alves Felipe *

Maria da Conceição de Almeida Moura **

INTRODUÇÃO

Este texto deve ser entendido como um texto provocador. Tem como objetivo claro provocar um debate a respeito de como pode ser pensada a seca e, por isso, procurar ser o mais simples e direto possível.

Pretendemos que ele seja apenas a primeira de uma série de formas de entender um fenômeno com o qual convivemos há séculos. O objetivo é, pois, um só: iniciar uma troca de saberes entre vários grupos a respeito de um assunto sobre o qual todos temos uma opinião. Vamos apresentar a nossa, como um ponto de partida. Além dela, existem muitas outras: algumas parecidas, outras muito diferentes e até contrárias. Acreditamos que somente confrontando as várias opiniões, trocando informações as mais diferentes e complementando as várias experiências, é possível produzir um conhecimento mais próximo da história do trabalhador rural nordestino — aquele que, no final das contas, pode não escrever palavras complicadas para explicar, mas é quem mais sabe, na pele, o que é a seca.

Na prática, sabe o trabalhador. Na teoria, devemos saber nós. Precisamos, pois, juntar nossas experiências e informações e escrever um outro

¹ Este texto é uma fusão ampliada de dois ensaios separados dos autores, publicados em "Seca: Coleção Especializada, vol. I, UFRN, 1984. (Esgotado).

* Geógrafo, Professor do Departamento de Geografia da UFRN.

** Antropóloga, Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRN.

texto. E, quem sabe, (é preciso acreditar!) talvez, um dia, uma outra História.

Vamos começar do início. A partir do que temos lido e pesquisado, podemos resumir algumas idéias sobre o que é a seca.

1 — DUAS palavras para explicar a seca e UMA só História pra tira-teima.

Existe, pelo menos, duas maneiras de se falar de seca. Ou se identifica a seca como um fenômeno CLIMÁTICO, caracterizado pela estiagem prolongada, ou a seca é entendida como um processo SOCIAL, responsável pela ausência de produção, pela pobreza e pela migração dos que vivem do trabalho na terra.

A identificação da seca como um fenômeno CLIMÁTICO ou SOCIAL depende às vezes do conhecimento ou desconhecimento da História Universal. Assim, quem conhece um pouco da História passada e leu sobre as comunidades da Ásia Antiga não pode nunca afirmar que o CLIMA é o único responsável pelo fracasso da produção e pela pobreza dos trabalhadores rurais. Afirmar que o clima é a causa de tudo é, também, esquecer que a tecnologia do mundo moderno dispõe de meios eficazes para a correção dos mais variados problemas físicos.

Mas a seca é entendida, também, por muitos, como um problema SOCIAL. Perguntamos nós: a seca é um problema social? Ou os graves problemas de fome, desnutrição, desemprego rural, migração etc. não são conseqüências de um fator físico que poderia ser corrigido? Em duas palavras: a seca é um fenômeno FÍSICO ou SOCIAL? Ou os dois? Ou nenhum dos dois — se é possível observar que com a seca ou sem ela a pobreza e o desemprego são constantes na vida de grande parte dos trabalhadores do campo?

Para responder a estas perguntas, temos que ter em mente uma outra: a seca atinge por igual a TODOS os produtores rurais? Aos grandes, aos pequenos e aos sem terra? Ou não será que em vez de prejuízo, não tem muita gente que sai ganhando com a seca? Não será a seca, para alguns, uma ótima oportunidade de acesso a mais financiamento, através de mecanismos que não são do conhecimento de todos como, por exemplo, "dividir no papel" a grande propriedade para ter "direito" aos programas endereçados aos pequenos produtores?

Vamos responder por parte a estas perguntas. Começemos pelo

testemunho da História passada. O que ela nos ensina?

Primeiro, que a seca não é uma exclusividade da região nordestina. Segundo, que a falta de chuvas regulares não é condição suficiente da pobreza, da fome e da morte. Terceiro, que a solução para o problema da seca não se limita à esfera da tecnologia, mas, acima de tudo, da política. E, por fim, que, no século XVIII, as comunidades asiáticas conviviam com o mesmo fenômeno da seca e, ao contrário do Nordeste dos dias atuais, a produtividade do trabalho gerava excedentes capazes de assegurar estruturalmente aquele modo de produção.

Há dois séculos atrás, num quadro caracterizado pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas, com uma tecnologia, portanto, bem menos desenvolvida que a dos dias atuais, milhares de trabalhadores viveram da agricultura, num clima inóspito, mas condignamente como produtores. E não havia nenhum segredo do ponto de vista técnico. A solução utilizada era a mesma que se sugere hoje: a irrigação.

Mas há, no entanto, entre ontem e hoje, uma diferença fundamental. A terra era, ontem, e não mais hoje, uma terra comunal. Não havia propriedade privada da terra. A irrigação, "as grandes obras", tinham como objetivo tornar úmida a terra comum das comunidades dispersas em aldeias. Ao trabalhador e sua família era assegurada a terra, condição de cidadania. Se nos detemos ainda mais sobre o "modo de produção asiático", somos levados a entender que o binômio terra comum e irrigação era assegurado como uma meta política. Era o déspota — do famoso despotismo oriental — o responsável por assegurar a todos, as condições de produção. No Anti-Dühring, Engels esclarece bem a função do déspota dizendo:

"Por maior que seja o número de despotismos que se criaram e desmoronaram na Pérsia e na Índia, estavam todos plenamente conscientes do fato de que eram antes de mais nada o empreiteiro responsável pela conservação coletiva da irrigação ao longo dos vales dos rios, irrigação sem a qual nenhuma agricultura é possível".

Hoje, transcorridos dois séculos, com uma ciência capaz de resolver todas as questões que lhe são postas, com forças produtivas bem mais desenvolvidas, com formas de governo mais abertas, nos encontramos diante de um fato difícil de explicar: a estiagem cíclica, um fenômeno perfeitamente

previsível, é capaz de tornar-se um processo social de dramáticas conseqüências. Parece até que estamos no início da História, quando a natureza dominava o homem. Não é o caso. Convivemos com uma tecnologia científica capaz, ao mesmo tempo, de filmar a formação da vida intra-uterina e calar impotente diante da morte pela fome.

Diante de tudo isto, podemos afirmar que a solução para o problema da seca não depende somente da tecnologia. Depende, sim, de uma política tecnológica. Mas, aí, surge um complicador: nosso solo agrícola está dividido entre POUCOS que detêm muita terra e MUITOS que (quando têm) dispõem de uma quantidade tão pequena que mal dá (quando dá) para o sustento da família.

Nestas condições, como deve ser uma política correta, para enfrentar e resolver a problemática da seca? Será mesmo que só uma POLÍTICA TECNOLÓGICA CORRETA é suficiente para pôr fim a tantos problemas por que passa o pequeno produtor? (Preço mínimo, financiamento, armazenagem dos produtos, atravessador, pragas, etc.?).

A resposta, do ponto de vista de uma política tecnológica, é ao mesmo tempo muito FÁCIL e muito DIFÍCIL. Fácil, porque se formos observar tudo o que já foi sugerido desde o tempo do Império do Brasil, chegaremos à conclusão de que TUDO JÁ FOI DITO: comissões de inquéritos e estudos, pesquisas, toneladas de papel. Difícil, porque decidir aplicar as soluções apontadas implica em "desunerar o arrumadinho" da terra no meio rural. Muita gente grande vai deixar de ganhar.

Tudo o que dissemos até agora só respondeu ao que colocamos no início quanto ao conhecimento ou desconhecimento da História. Podemos afirmar, agora, que QUEM CONHECE SABE que a seca não se limita ao fator CLIMA, nem traz como conseqüência necessária a miséria, a fome e a sujeição. Mas, o fato é que ainda encontramos muita gente "sabida", que leu e conhece a História (TÉCNICOS, INTELLECTUAIS, POLÍTICOS) e que continua dizendo: o Nordeste é pobre porque está sujeito ao clima semi-árido; o Nordeste nunca se "desenvolve" porque é "dependente" do Sul.

Mesmo muito sabidas, essas pessoas ESQUECEM que existem países muito desenvolvidos que estão sujeitos a um clima tão complicado como o nosso e, mesmo assim, não têm o problema social que temos no nosso campo. A geadas, que também destrói a produção, não é suficiente para colocar em risco a vida dos trabalhadores e suas famílias. Logo, nem a seca, nem a geadas, por si sós, determinam a pobreza e a miséria.

Acontece que às vezes é muito melhor usar a desculpa da seca do que entrentar os verdadeiros problemas do meio rural no Brasil. E se fala tanto, e há tanto tempo, que o problema é a seca, que todos nós acabamos acreditando na todo-poderosa seca.

O processo de conhecer tem essa natureza, também. Além de outros mecanismos — a experiência, a crítica, etc., etc. — conhecer é, também, se convencer. Nos discursos, nos projetos e em outros meios de que dispõem os "sabidos", o mecanismo de convencimento é muito importante. A força da palavra produz a crença no que é dito, muitas vezes. E é por isto que, de tanto escutar as falas e os planos para "combater a seca", de tanto assistir a instalação de programas durante as estiagens, de tanto ouvir discursos dos políticos pedindo "clemência" e "ajuda" aos céus e à terra para os nordestinos, acabamos nos convencendo de que a seca é a causa de tudo. Por isto, é necessário conhecer bem, para responder sobre a força da seca e a sua solução.

2 — A solução para a seca e a força dos homens

A solução para a problemática da seca existe. Mas também existe muita força e poder nas mãos dos grandes donos de terra. Existe também muita pressão e negociação a cada vez que alguma coisa pode mudar.

Para entender esse jogo combinado não é preciso ir muito longe. Vejamos o que aconteceu desde o momento em que se falou de Reforma Agrária — desta última vez — até agora. Tinha-se uma IDÉIA e um PLANO. Nem a idéia nem o plano eram radicais — aliás, eram muito tímidos. O problema começou quando se colocou a IDÉIA e o PLANO no MAPA do Brasil. Quando se observou os pedaços de Estados e Municípios que sairiam das mãos de certos latifundiários, começaram as pressões. O que teve de reuniões, encontros e almoços para evitar o plano não está escrito!

Não nos enganemos: a política é sábia, quando quer. Mudando o conceito de "função social da terra", os grupos ligados aos latifundiários tiveram mais uma vitória. Daquela primeira IDÉIA e PLANO de Reforma Agrária restou apenas uma MIRAGEM.

Assim como para a Reforma Agrária, para a seca também existe solução. Mas, como já dissemos, é uma solução FÁCIL e DIFÍCIL.

A História da Ásia, há dois séculos atrás, demonstra que é fácil. A História do Brasil, de hoje, mostra porque parece tão difícil. Vejamos por quê? A quem serve a seca? O que fazem os trabalhadores rurais nos períodos de estiagem?¹ Todos sabemos, de uma forma ou de outra, a quem serve a seca, mas não é demais lembrar as Frentes de Emergência: usando os trabalhadores que não têm como plantar muito açude foi construído nas grandes e médias propriedades. Os que continuam na zona rural durante a seca servem como mão-de-obra ao grande proprietário. Os que saem vão para o Rio e São Paulo se empregar na construção. Portanto, também os que saem servem ao capital investido na construção, porque são força de trabalho barata e sem estabilidade e direitos para serem cobrados depois.

Por estes poucos exemplos dá para ter uma "pista" por que a seca e o discurso sobre a seca e o regionalismo é necessário. Os discursos sobre a seca servem, acima de tudo, para manter o jogo tal como está formado: de um lado, o time dos trabalhadores que precisam sempre — com ou sem seca — complementar a renda familiar; do outro lado, o time dos grandes proprietários que precisam de um trabalho que possa pagar barato. Como o pequeno agricultor necessita do complemento, ele é levado a aceitar as regras do jogo. A pergunta é: quem faz sempre o GOL?

3 — As secas e as novas formas de uso da natureza

A existência de uma região com problemas naturais como a semi-aridez não é apenas produto das determinações do meio físico, clima, relevo, geologia, vegetação etc., mas, também, da ação do homem, através dos seus diversos modos de produção.

Toda ação do homem tem objetivos determinados. No caso do semi-árido brasileiro, cabe indagar: quem interfere com propostas, política e ações nesta região, em momentos de seca? Quem lucra com a ausência de chuvas? Quem perde mais?

Algumas destas indagações são respondidas pela própria história das secas, que mostra que em todos os períodos de estiagem

¹ Nos itens 3 e 4, a seguir, são colocados alguns pontos que demonstram as formas pelas quais o trabalhador é utilizado pelo capital no processo de transformação/mutilação da natureza.

prolongada, as relações do homem com a natureza efetuam-se na base da exploração do trabalhador sem terra e do pequeno proprietário que, a serviço de interesses de outras classes sociais que os dominam, criam relações, processos e formas de utilização da natureza que terminam por torná-la mais frágil diante dos efeitos das secas.

Estes trabalhadores, engajados nas "frentes de serviços" ou nos "programas de emergência", passam a cumprir tarefas que são a preparação para a sua expulsão do campo ou para aprofundar os seus níveis de dependência do grande proprietário. Isto acontece:

a) quando desmatam áreas de grandes e médias propriedades que servirão para futuros projetos de reflorestamento com algaroba ou cajueiro, ou ainda para cultivo de pasto para o gado. A terra é trabalhada pelo "emergenciado" a troco de um salário de miséria e, quando as chuvas voltam, nestas terras reflorestadas ou cheias de capim, não existe mais lugar para os trabalhadores que a prepararam para os médios e grandes latifundiários.

b) quando constroem açudes, os "emergenciados" também trabalham contra si, pois, na grande maioria, esses açudes são construídos em médias e grandes propriedades e serão utilizados para o cultivo do capim, que vai viabilizar a pecuarização nestas terras, em detrimento das culturas alimentares, produzidas por esses trabalhadores.

Quando surgem alternativas de sobrevivência às secas, fora do "programa de emergência", estas alternativas trazem o rótulo da secular exploração do trabalhador nordestino, pois são impostas relações desarmônicas com a natureza, que terminam por ficar mais pobre, juntamente com o trabalhador. A produção de carvão vegetal no oeste do Rio Grande do Norte, é um caso típico do empobrecimento do homem e do seu meio de trabalho: a terra.

Este homem é induzido a utilizar o único recurso natural disponível nas suas pequenas propriedades, nesses anos de seca, que é a derrubada e queima do vegetal em fornos para fabricação do carvão. Esta "nova forma de uso" da natureza foi e está sendo ampliada desde o período da seca de 1979—1984, quando a fábrica de cimento de Mossoró passou a utilizar o carvão vegetal como combustível.

Através de entrevistas realizadas com motoristas de caminhões que, na época, transportavam o carvão das áreas rurais para a fábrica e com pequenos proprietários de áreas rurais de Mossoró, Açú, Upanema e Caraúbas, que estavam produzindo carvão para a fábrica de cimento Nassau, foi constatada a seguinte realidade: a fábrica de Cimento de Mossoró recebia por dia uma média de 45 caminhões carregados de carvão, extraído do que ainda restava de caatingas da região de Mossoró. Estes 45 caminhões traziam em média, cada um, uma carga de 10 mil kg, ou seja, um total de aproximadamente 450 mil kg de carvão. Deste total, cerca de 300 mil kg, ou seja, a carga de 30 caminhões ficavam na fábrica de Mossoró e os outros 150 mil kg restantes (15 cargas de caminhão) eram remetidos para a fábrica do mesmo grupo em Recife.

Junto aos trabalhadores que estavam cortando e derrubando a caatinga para produzir carvão, constatamos que são necessários 80 metros cúbicos de madeira para se conseguir 10 mil kg de carvão, o que equivale dizer que são necessários 3 caminhões carregados de madeira para conseguir uma carrada de carvão.

Para se obter de uma caatinga arbustiva e sofrida, por todos estes anos de estiagem, 160 metros cúbicos de madeira, (20 mil kg de carvão), é necessário desmatar um hectare de mata, aproveitando todo vegetal, com exceção do pinhão.

Tomando por base estas médias, chega-se às seguintes constatações: só para abastecimento da fábrica de cimento de Mossoró mais o carvão que sai para a fábrica de Recife, estavam sendo desmatados, na época das entrevistas, cerca de 22 hectares e meio por dia cerca de 550 hectares por mês, na região de Mossoró.

Vale salientar que, no Rio Grande do Norte, a vegetação é derrubada para fornecer madeira para os fornos das padarias, para cercas, e ainda para as cerâmicas do vale do Açú, e agora, recentemente, para a siderurgia e metalurgia que estão se instalando em Currais Novos para trabalhar com o ferro da Serra da Formiga.

Estas estratégias de sobrevivência empobrecem cada vez mais o pequeno proprietário, de vez que destrói o seu meio de produção, que é a terra. Esta, depois de desmatada, fica exposta à insolação constante e, quando caem as primeiras chuvas, as águas arrastam o que ainda resta de matéria orgânica, na superfície do solo.

Essas políticas e programas, bem como as estratégias que surgem

como "formas de sobrevivência" do trabalhador nordestino, mostram as funções históricas que o capitalismo vem determinando para essa classe social, bem como as "formas de uso" dos seus recursos naturais.

A história das secas é a repetição, com ingredientes novos, de um mesmo quadro, onde as políticas de "combate às secas" viabilizam a reprodução e manutenção da classe trabalhadora, que garante, a custos reduzidíssimos para o capital, a existência de um "exército de reserva", sempre disponível, para trabalhar nas áreas de expansão capitalista, bem como no exercício da função de rebaixamento dos salários. Encurralado entre a fome e os favores políticos (alimento, salário de emergência, etc.), o trabalhador nordestino é envolvido em "currais eleitorais" que têm assegurado os votos para o partido do governo nos períodos de eleições.

A utilização econômica e política do fenômeno da seca mostra que ela se insere "dentro de uma realidade determinada — o capitalismo. A estiagem ocorre sobre a terra como propriedade privada, como mercadoria"²

4 — Algumas reflexões acerca do programa de emergência

Desde o início do "programa de emergência" no último período de seca, levantamos algumas indagações a respeito dos verdadeiros objetivos desta política. Algumas, de resposta imediata, pela comprovação histórica do tratamento dispensado ao Nordeste nos momentos de seca, a saber:

a) para o capital, é vital manter e reproduzir, a custos miseráveis, a força de trabalho representada pelo sertanejo;

b) além da função econômica de representar força de trabalho barata e "exército de reserva" que ameaça os salários dos que estão empregados, o contingente de trabalhadores sertanejos representa,

² MOURA, Maria da Conceição. A Problemática da Seca — Conferência apresentada por ocasião do II CICLO DE ESTUDOS AGRÁRIOS, UFRN (mimeóg.) setembro de 1983.

ainda, votos, que a troca de assistencialismo e de esmola tem perpetuado, no poder, grupos oligárquicos tradicionais, e forjado outros, com roupagem nova, mas com métodos de dominação semelhantes aos das velhas oligarquias;

c) para o governo, é importante, além da "garantia" da reprodução da força de trabalho (através da emergência), o esvaziamento das tensões sociais causadas pelas condições de miséria que a seca aprofunda. A estiagem, em determinados momentos, é vista por alguns escalões do governo como um "problema de segurança nacional". Não é à toa que a cada saque ou desapropriação efetuada pelas populações famintas, em áreas urbanas de determinados municípios, eram procedidas novas ordens de aumento de alistados no "programa de emergência", havendo inclusive "notícias" que alguns saques eram induzidos por políticos locais, do partido do governo, com a finalidade de chamar a atenção da opinião pública e dos órgãos executores do programa para forçar a abertura de novas inscrições, desde que as ordens de alistamento passassem, primeiro, pelo seu birô político;

d) o "programa de emergência", mesmo sendo um salário-esmola, garante a sobrevivência da economia de algumas cidades do sertão nordestino, principalmente das pequenas cidades, que têm a função de reproduzir a força de trabalho regional. Garante ainda, com a massa de numerário do pagamento dos alistados na emergência, uma circulação periódica de dinheiro, que vai sustentar o comércio daquelas cidades que têm a função de reprodução do capital regional. Em outras palavras, o programa de emergência, mesmo com o seu salário-miséria, garante a sobrevivência dos investimentos capitalistas na região e, mais do que isso, garante a "modernização dolorosa". Tanto é assim, que os bancos abriram novas agências nas pequenas cidades do interior nordestino de forma mais intensa nos anos de seca.

O "programa de emergência" tem objetivos que certamente não beneficiam os trabalhadores sem terra e os pequenos proprietários rurais, que se inscreveram no programa, quer seja no período 79/84 ou na chamada "Seca Verde" de 1987.

Antes destes dois períodos de seca, esses trabalhadores se envolveram com a agricultura de alimentos e, entre elas, com uma

agricultura comercial, como é o caso do algodão.

Com a safra do algodão, estes trabalhadores obtinham dinheiro e geralmente, neste momento, chegavam ao "comércio moderno" para "comprar à vista" bens como: bicicletas, rádios, toca-discos, roupas e calçados.

Fatos novos, no entanto, apontam para modificações da "forma de vida" destes trabalhadores. O "salário da emergência", mesmo miserável, envolveu um contingente significativo de trabalhadores que tinham outros membros da família inscritos no programa, aumentando os seus laços com o "mercado moderno" e introduzindo-os, induzidos pela propaganda consumista das lojas, em um circuito capitalista até então desconhecido para a grande maioria desses trabalhadores: a compra a crédito.

Outra questão é a indefinição em termos da cultura comercial no momento em que a praga do bicudo compromete ainda mais a frágil economia dos plantadores de algodão.

Diante destas transformações, surgem as seguintes indagações:

a) que relação o nosso trabalhador rural mantém hoje com o "mercado moderno", se ele não tem o "salário de emergência", nem tampouco a perspectiva de pegar em algum dinheiro com a venda da safra do algodão?

b) estarão estes trabalhadores "passando mais fome", vendendo o seu milho e feijão, produtos normalmente estocados para alimentá-los durante parte do ano, para continuar com algum dinheiro, para saldar "compromissos" do seu envolvimento com o "mercado moderno" (pagar prestações, empréstimos em bancos, juros a agiotas etc.)?

c) estão reduzindo área de plantio da agricultura de alimentos e se envolvendo com outras culturas comerciais (gergelim, caju, etc.)?

d) aumentarão ainda mais a sua dependência aos intermediários, vendendo "na folha" o produto do seu trabalho, pra levantar dinheiro que garanta sua permanência no "circuito"?

e) aprofundarão seu relacionamento com capital financeiro

paralelo dos agiotas, tomando-lhes dinheiro emprestado a juros altíssimos para pagar com a safra?

f) ou se colocarão mais, ainda, juntamente com a sua família, à disposição dos grandes proprietários, em detrimento de sua pequena propriedade e, conseqüentemente, de sua própria agricultura?

As transformações que ocorrem no campo nordestino, quer seja no período de secas ou em anos de chuvas regulares, apontam para o empobrecimento e o desencanto para os que ficam na tentativa de tirar da terra o seu sustento. Para os que partem, o caminho das migrações historicamente determinadas pelo capital, resta a certeza da palavra, do emprego incerto, mas, uma enorme esperança de mudança, que possa lhe restituir sua mais-valia secularmente roubada.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MOURA, Maria da Conceição. A problemática da seca. In: CICLO DE ESTUDOS AGRÁRIOS, 2. Natal, UFRN, 1983. Mimeóg.

SILVA, Graziano J. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

CAMPINA GRANDE: SÍNTESE DOS PROBLEMAS RURAIS E URBANOS DO NORDESTE BRASILEIRO

Nilson Crocia de Barros *

INTRODUÇÃO

Este artigo procura examinar o problema de Campina Grande, como cidade regional, no âmbito das desigualdades que o desenvolvimento econômico no país criou entre as áreas diversas do território brasileiro.

As dificuldades econômicas e sociais que atravessam a cidade baseiam-se nessa verdadeira revolução na organização ou estrutura espacial brasileira, processada neste século. Nada de seguro indica-nos reversão nesse quadro. Qualquer avaliação, buscando amenizar o quadro severo daquelas dificuldades, precisa partir desta constatação, antes realista que pessimista.

O artigo está dividido em duas partes: a primeira sobre a estrutura espacial do país e a segunda sobre a problemática local.

ESTRUTURA ESPACIAL BRASILEIRA E A SITUAÇÃO DO NORDESTE

A estrutura definidora da organização do espaço brasileiro encontra-se configurada. A consolidação industrial, no fim da década

* Prof. de Geografia da Universidade Federal da Paraíba - Campus II.

Cad. Norte-Rio-Grandense de Temas Geogr.	Natal	v. 3	n. 4	p. 41-48	jan./jun.	1988
--	-------	------	------	----------	-----------	------

de 1950, plastifica definitivamente o Sudeste como área nuclear no território do país. Centro geográfico do processo de substituição de importações, e da riqueza financeira, recolonizou as demais áreas do país, tradicionalmente vinculadas de modo direto a uma divisão internacional do trabalho pretérita, em letargia ou devolutas. São novas relações espaciais que, sem apagar o quadro de antes, endenta-se com ele, formando uma situação muito complexa, como no caso das áreas produtoras de açúcar e cacau no Nordeste.

O Sul do país, área de economia diversificada quanto a mercadorias produzidas e estrutura, é fundamental no mercado interno do país, e no comércio exterior.

Simplificando, considerando as últimas áreas (SE e Sul) em conjunto, observa-se que está aí o essencial da economia brasileira. Cerca de 7/8 do pessoal ocupado na indústria de transformação, em 1980¹. Poder-se-ia hipotetizar que a produção agropecuária teria uma geografia econômica diversa; pelo menos o algodão e o açúcar, tradicionais na produção regional nordestina. Contudo, o algodão brasileiro é quase todo produzido em São Paulo e Paraná. Das toneladas de cana-de-açúcar produzidas em 1981, cerca de 65% o foram no conjunto territorial representado por Rio, São Paulo e Minas. O caso do rebanho bovino não é diverso; e considerando-se a expansiva pecuária no Centro-Oeste, a geografia econômica concentrada é mais afirmativa. Esta região, e particularmente o Norte do país, tem apresentado um crescimento notável em sua atividade econômica. Apreciando o fenômeno pelo comportamento demográfico foram estas duas regiões locais de crescimento veloz da população. A tabela a seguir ajuda à compreensão das diferenças. O caso da Paraíba assemelha-se ao quadro em Alagoas e Pernambuco; os três estados, juntos, apresentam um crescimento de 17% na década.

¹ FIBGE. Anuário Estatístico do Brasil — 1983.

TABELA 1
BRASIL/UNIDADES ESPACIAIS
Crescimento populacional
1970 - 80

UNIDADES ESPACIAIS	CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DECENAL 1970/80. (%)
BRASIL	27.8
SÃO PAULO	41.0
AMAZONAS	49.7
RONDÔNIA	334.0
PARAÍBA	16.2

FONTE: FIBGE. Sinopse do Censo Demográfico do Brasil - 1980

Contudo, as perspectivas expansivas no Centro-Oeste e Norte do território brasileiro são ainda mais seguras quanto ao crescimento econômico/demográfico. A abertura, em estado pavimentado, da BR-364, Cuiabá-Porto Velho, reduzindo em 2/3 o tempo de percurso e viabilizando o transporte todo o ano, assegurará uma interação efetiva das zonas expansivas ao grande mercado do Sudeste. Sem demora, essas zonas estreitarão suas relações com a América de língua espanhola. Zonas de extrema valorização pelos investimentos sociais e perspectivas na divisão nacional do trabalho, e internacional, como produtoras de bens agropecuários e minerais, têm atraído os investimentos do grande capital.

O Nordeste, deste modo, com a herança de um peso populacional grande na população brasileira, perde funções históricas e perspectivas. A própria migração para o Centro-Oeste e Norte, ou mesmo áreas no extremo oeste da região nordestina, devido à pobreza do migrante - migração e instalação na área de destino importa custos -, tem-se feito de tal maneira que os migrantes sulistas (gaú-

chos, paranaenses) e paulistas caracterizam fortemente estas novas áreas de imigração. Assim, entende-se os sintomas de subdesenvolvimento regional. Se, para o Brasil, a expectativa de vida de uma pessoa ao nascer é em torno de 53 anos, para São Paulo e Rio de Janeiro, 58 anos, aproximadamente, e para a Paraíba é de 42 anos, a probabilidade de morte da criança antes de completar 1 ano é, para o estado da Paraíba, de 16 para cada 100 crianças nascidas. Para o Rio Grande do Sul, 7.

A PROBLEMÁTICA LOCAL

Sem a esperança de um desenvolvimento centrado na oferta de produtos primários para os mercados internacionais, e sem condições de competição para o abastecimento do Sudeste, com as áreas mais próximas deste último e mesmo as mais afastadas, mas que se integram progressivamente, o Nordeste aprofunda sua crise agropecuária, e o setor, à causa de outros problemas associados, libera verdadeiras multidões de população. É a migração campo-cidade. Em 1960, apenas 35% da população paraibana era urbana; essa importância relativa para 1980 cresceu para 53%. Evidentemente, não é a urbanização peculiaridade local. Nos bons traços mais inespecíficos, é fenômeno universal. Contudo, a violência com que se processa nesses espaços pobres é realmente motivo de destaque. Mesmo a migração forte para outros pontos do país, a caudal de ex-rurais, é imensa nas cidades paraibanas.

TABELA 2
PARAÍBA
POP. URBANA E RURAL: 1960—1970—1980

ANOS	URBANA	RURAL
	%	%
1960	35	65
1970	42	58
1980	53	47

FONTE: FIBGE. Sinopse dos Censos da Paraíba, 1970—1980.

CIDADES PARAIBANAS

População em 1960/70/80 e crescimento nos decênios

CIDADES	POP. TOTAL			CRESC. DECENAL (%)	
	1960	1970	1980	1960/70	1970/80
João Pessoa/Bayeux/Cabelelo	185.112	280.478	417.571	52	49
Campina Grande	141.914	197.802	247.964	39	25
Patos	36.474	46.797	65.209	28	39

FONTE: FIBGE. Sinopse dos Censos Demográficos da Paraíba. 1970/80

Muitos orgulham-se de sua cidade estar a receber mais migrantes que as outras cidades. Outros afirmam ser a miséria peculiaridade agravada nas cidades. São questões difíceis de serem avaliadas. Realmente todas sofrem as conseqüências desse deslocar-se de pessoas dos campos para as cidades. O Brejo paraibano teve sua população diminuída, de 1970 para 1980, em 4,4%. O Agreste da Borborema, exce- tuando o município de Campina Grande, isto é, o conjunto dos municí- pios de Areal, Esperança, Fagundes, Lagoa Seca, Massaranduba, Montadas, Pocinhos, Puxinanã, Queimadas, Remígio e Solânea, perde população relativamente ao crescimento demográfico que possui.

Campina Grande, pela sua grandeza no perfil das cidades do Brejo e Agreste, e Sertão, coleta essa evasão. Como antes ficou afir- mado, a atomia econômico-regional é o suporte deste quadro. As secas agravam o quadro, agudizam-no; a crise recessiva por que passa a economia brasileira impõe sérias dificuldades adicionais.

Com as dificuldades no nível de emprego no Sudeste, a pressão sobre as cidades receptoras de migrantes no Nordeste aumentam, e Campina Grande é ilustrativa a este respeito, a multiplicação dos pe- quenos negócios, o aviltamento do salário, a expansão das habitações miseráveis pela periferia da cidade.

Neste contexto, o gosto público tem servido para minimizar os efeitos avassaladores da queda da atividade privada, por mais cri- ticamente que se vejam esses gastos.

CONCLUSÕES

Algumas conclusões se impõem. A reação às dificuldades econômicas e sociais por que passa a cidade de Campina Grande, para serem viáveis, precisam se basear numa avaliação realista de suas potencialidades. Muitas atividades industriais e comerciais mostram capacidade de resistência ante as dificuldades retromencionadas. Cumpre identificá-las e fortalecê-las antes da ilusão de atrair à cidade indústrias "salvadoras" ou a retórica dos pequenos negócios.

A função universitária decididamente mostra seus frutos através dos gastos públicos de forma a desenvolver o ensino e pesquisa, consolidando-os nacionalmente, o que, apesar das imensas dificuldades, é já uma realidade; pode-se cristalizar uma função na cidade de difícil reversão, com efeitos positivos e seguros sobre seu nível de atividades.

Evidentemente, há um contorno regional de problemas agrários. Deixando de lado as "engenharias sociais globais", e atendo-se às características e possibilidades reais, a abordagem do problema requer uma ampla discussão para, numa conjuntura política que se mostra apropriada e esta conjuntura não prescinde da atuação política realista na sua construção, se examinar a questão das possibilidades de mudanças fundiárias no território brasileiro.

Composto e impresso nas
Oficinas da Editora Universitária,
no 30º Aniversário de fundação
da UFRN.
Natal, RN
Setembro de 1988

RE